

Dilema do União Brasil com governo molda saída de Sabino

Decisão busca reforçar identidade conservadora para 2026

Por Karoline Cavalcante

O União Brasil, que ocupa um espaço considerável na Câmara dos Deputados, se encontra no epicentro de uma crise política que vai além da saída do ministro do Turismo, Celso Sabino. Em entrevista ao Correio da Manhã, o cientista político Elias Tavares avaliou que a situação do partido, que em plena articulação para as eleições de 2026 vê sua bancada se distanciar do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reflete um dilema estratégico complexo: como equilibrar a participação no governo com a necessidade de se reafirmar como uma alternativa viável ao eleitorado conservador.

Segundo Tavares, a decisão da sigla de pressionar pela saída do ministro tem forte carga simbólica. “Para a cúpula da legenda, romper agora significa enviar um sinal de coerência política, mostrando que o partido não ficará preso a cargos enquanto busca espaço para disputar 2026 com mais nitidez. Por outro lado, abandonar o governo implica abrir mão de recursos federais e da influência executiva que garantem sustentação a prefeitos e lideranças regionais. Essa tensão atravessa a própria bancada, que não é homogênea: parte tende a manter diálogo com o Planalto, mesmo após uma ruptura formal”, explicou.

Já para o governo Lula, a saída não deve ser vista como um colapso imediato, mas certamente dificulta a já fragilizada base de apoio no Congresso. “Perder 59 votos potenciais fragiliza a base em votações-chave, ainda que o Executivo siga contando com apoios circunstanciais de deputados do partido em determinadas pautas. É mais um capítulo da dificuldade que o Planalto enfrenta para manter coesão em uma base já fragmentada”, afirmou o especialista.



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Decisão da sigla de pressionar pela saída do ministro tem forte carga simbólica

2026

O cenário para o pleito no próximo ano, no entanto, é onde se desenham as maiores disputas. A federação União Brasil – Progressistas (PP), busca fortalecer uma aliança que já se projeta como um dos principais blocos de oposição nas eleições. De acordo com Elias, nomes como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), aparecem como opções naturais para representar a sigla no campo da centro-direita, com potencial para se distanciar do bolsonarismo sem romper completamente com a base conservadora.

Outros governadores com perfil regionalista, como o de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil) e do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), também aparecem como alternativas regionais com densidade própria, “mas a lógica é buscar quem consiga consolidar a narrativa de oposição sem se limitar ao discurso radical”.

“Minha avaliação é que o União Brasil aposta que o desgaste de cargos será compensado por maior coerência eleitoral. Ao se recolocar como oposição, a legenda tenta capturar votos do campo conservador e se cre-

denciar como protagonista em 2026. Para o governo, é um movimento que fragiliza, mas não inviabiliza a articulação: Lula seguirá buscando acordos caso a caso, com mais custo político”, finalizou Tavares à reportagem.

Saída

O ministro comunicou na última sexta-feira (19), sua decisão de deixar o cargo a Lula. A saída ocorre em meio a um novo movimento do União Brasil, que determinou a exoneração de todos os seus membros ocupantes de cargos no governo federal. A ordem, emitida na quinta-feira (18), exigia que os filiados entregassem suas funções em um prazo de 24 horas, reforçando o distanciamento da sigla da base de apoio do governo.

Sabino, que assumiu o Ministério do Turismo em julho de 2023, estava à frente de importantes iniciativas, como a organização da COP30, que acontecerá em Belém (PA), em novembro deste ano. Durante uma reunião de mais de uma hora no Palácio da Alvorada com o presidente, o chefe da Pasta detalhou a pressão interna da sigla e expressou seu desejo de cumprir compromissos

ainda em andamento.

A decisão do partido de intensificar seu desembarque do governo foi tomada após a divulgação de investigações que associam o presidente nacional do União Brasil, Antonio Rueda, a uma possível ligação com a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Embora Rueda e a legenda tenham negado as acusações, a situação gerou um clima de tensão, com a sigla alegando que o governo poderia estar envolvido na divulgação dessas informações.

Após a saída de Sabino, a especulação sobre seu sucessor no Ministério do Turismo já começou. Sabino manifestou seu desejo de ver a atual secretária-executiva da pasta, Ana Carla Lopes, assumindo o cargo. O governo, por enquanto, não se pronunciou oficialmente sobre o movimento de desembarque do União Brasil não afeta apenas Sabino, mas também outros ministros da sigla. Waldez Góes, do Desenvolvimento Regional, e Frederico Siqueira, das Comunicações, permanecem no governo, já que não são filiados ao União Brasil, mas sim indicados pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Na semana, Lula vai à ONU e CPMI do INSS seguem oitivas

Por Gabriela Gallo

Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participa da 80ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. O evento começa nesta segunda-feira (22) e segue até quarta-feira (24). Como tradição desde 1955, o Brasil será o primeiro Estado-membro a discursar na abertura do debate geral, nesta terça-feira (23). O presidente brasileiro falará de manhã, logo após os discursos do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, e da presidente da 80ª assembleia geral, Annalena Baerbock.

Nesta quarta-feira, está previsto para participar do evento Em Defesa da Democracia e Contra o Extremismo, evento que contará com outros 30 países. No mesmo dia, Lula ainda participará de um evento sobre crise climática que será presidido pelo Brasil e pelo secretário-geral da ONU, António Guterres. O encontro deve incluir a apresentação de novas contribuições nacionalmente determinadas (NDC, na sigla em inglês).

A agenda climática é uma das prioridades do governo federal, ainda mais com a atuação da 30ª edição da Conferência do Clima da ONU (COP 30), agendada para novembro em Belém (PA).



Ricardo Stuckert/PR

Lula participará de eventos sobre democracia e COP 30

CPMI INSS

Enquanto o poder Executivo foca nas atividades exteriores, o poder Legislativo foca em outras pautas no Congresso Nacional, especialmente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Nesta segunda-feira está agendada a oitiva do ex-ministro do Trabalho e Previdência durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL) Onyx Lorenzoni.

Na mesma sessão, a comissão também ouvirá o depoimento de Rubens Oliveira Costa, sócio de

Antônio Carlos Camilo Antunes, lobista conhecido como o “carca do INSS” – apontado pela Polícia Federal (PF) como peça central no esquema de desvios de recursos de beneficiários do INSS.

Na última semana, em entrevista à imprensa, o presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG) informou que os membros da comissão mista articulam um depoimento do próprio “carca do INSS” – que recebeu autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) para não ser obrigado a prestar depoimento na comissão. Segundo Viana, caso Antunes se recuse a participar, a esposa dele, Tania Carvalho

dos Santos – que também é sócia dele – será convocada para prestar depoimento no lugar dele.

PEC da Blindagem

Após a medida ser aprovada na última semana na Câmara dos Deputados, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal discutirá e analisará, nesta quarta-feira (24), a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2021, conhecida como PEC da Blindagem. A medida, alvo de diversas polêmicas e críticas oriundas de fora da Câmara, altera a Constituição Federal e o foro por prerrogativa de função (conhecido como foro privilegiado). Se aprovado da forma como foi discutida na Câmara, a PEC determina que parlamentares que cometerem algum crime somente poderão ser investigados após votação e autorização dos próprios parlamentares no plenário da Câmara ou do Senado. A PEC ainda garante que o voto dos congressistas para definir se autorizam ou não a abertura de processos judiciais contra parlamentares será secreta.

A medida foi aprovada com ampla margem na Câmara dos Deputados, com 344 votos favoráveis contra 133 contra no segundo turno, a previsão é que o texto não tenha a mesma força no Senado Federal.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Divulgação

Criminalista: violência impede benefício

Redução de penas não livra Bolsonaro da cadeia

Advogado e professor de direito penal da Pontifícia Universidade Católica do Rio, Breno Melaragno Costa afirma que será muito difícil Jair Bolsonaro escapar da prisão, mesmo que haja uma redução significativa de suas penas.

Isto porque, frisa, as condenações do ex-presidente e de outros envolvidos incluem crimes praticados com violência ou grave ameaça — casos

das tentativas de golpe de Estado e de abolição do Estado Democrático de Direito.

Apenas esses dois crimes renderam a Bolsonaro a pena de 14 anos e um mês — com os demais, a punição chegou a 27 anos e três meses.

A lei prevê penas alternativas para condenados a menos de quatro anos de prisão apenas para delitos cometidos sem violência.

Revisão

Segundo Melaragno Costa, caso haja diminuição das penas, os advogados dos condenados terão que requisitar uma revisão ao Supremo Tribunal Federal. Os ministros, então, terão que recalcular a dosimetria com base nos critérios utilizados para a definição das punições.

Validade

Juizes são obrigados a utilizar critérios estabelecidos pelo Código Penal — entre elas, agravantes e atenuantes — para estabelecer as penas. A legislação também permite que condenados com penas de até oito anos possam cumpri-la no regime semiaberto.



Carlos Moura/SCO/STF

Ministro vetou Lula por desvio de finalidade

STF tem poder de rejeitar eventuais mudanças

O professor da PUC-RJ ressalta que o critério não é matemático — as penas aplicadas não necessariamente cairão pela metade caso esta seja a redução que venha a ser decidida pelo Congresso Nacional.

Ele alerta, porém, que o STF, no limite, poderá até vetar a mudança nas penas caso considere

que a alteração teve apenas caráter oportunista e casuístico.

Ressalta que o critério do chamado desvio de finalidade foi usado pelo ministro Gilmar Mendes para travar a nomeação de Lula para a Casa Civil de Dilma Rousseff — avaliou que a medida era para livrá-lo de condenação em primeira instância.

Outros casos

Ele frisa que o STF utilizou o mesmo parâmetro — desvio de finalidade — para impedir a posse da então deputada Cristiane Brasil no Ministério do Trabalho e para anular o indulto concedido por Jair Bolsonaro ao aliado Daniel Silveira, deputado federal.

Fala de Fux

A anulação do benefício de Silveira criou um precedente para declaração de inconstitucionalidade de uma anistia que venha a ser concedida a condenados por golpismo. Na época, o ministro Luiz Fux ressaltou que o benefício não cabe para quem atenta contra o Estado de Direito.

Livra geral

A possibilidade de um im-passe seria ainda maior caso o Congresso reduza também penas de outros crimes em que condenados por golpismo foram enquadrados. A eventual diminuição da punição para formação de quadrilha beneficiaria milhares de presos.

Precedentes

Deputados bolsonaristas como Carla Zambelli, Marcel van Hattem, Carlos Jordy, Hélio Lopes e Carolina de Toni tentaram, em 2021, retirar de pauta o projeto que substituiu a Lei de Segurança Nacional por artigos no Código Penal que punem tentativa de golpe de Estado.